

PERSPECTIVAS 2001 Analistas prevêem crescimento de 4% com juros baixos, inflação sob controle e mais empregos

Tudo azul no próximo milênio

UGO BRAGA

Em 2001, depois de quase quatro anos de coberto curto, as contas da economia vão finalmente fechar, dizem os analistas. Em coro, cálculos de bancos, consultorias e universidades projetam crescimento de pelo menos 4%. Pela primeira vez desde o lançamento do real, a expansão virá acompanhada de juros mais baixos e taxa de câmbio avançando com a inflação, ambos sob controle. Em bom português: a conjuntura esperada para o primeiro ano do novo milênio traduz-se em preços estáveis, mais empregos e até uma pequena, mas progressiva recomposição da massa salarial. "Nunca estivemos tão bem",

resume Ricardo Junqueira, que dirige a tesouraria do banco canadense Brascan no Brasil. "Os riscos de alguma coisa dar errado são muito baixos", apóia Caio César Silveira, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). "O que se tem para 2001 é que pela primeira vez terminamos o ano sem uma crise latente", diz, otimista, o normalmente comedido Roberto Olinto, gerente do Departamento de Contas Nacionais do IBGE.

Bom humor – Qual a diferença de 2001 para os outros anos? O que justifica tanto otimismo? Das quase duas dezenas de economistas ouvidos pelo

JORNAL DO BRASIL, todos ti-

veram dificuldade em responder objetivamente à pergunta. Por um motivo muito simples: embora a economia brasileira tenha mudado nos últimos dois anos, o que melhorou mesmo foi o humor dos agentes econômicos internos e externos. Ou seja, a expectativa de melhora vem se transformando em melhora de fato. É o que se chama de profecia auto-realizável. Só que para o lado do bem.

No caso brasileiro, o principal ingrediente do molho que tempera a economia com sabor de otimismo é o comportamento das contas públicas. O governo (nos três níveis, federal, estadual e municipal) apertou o cinto, reduziu os gastos ao limite de suas receitas e abriu espaço para a

queda dos juros – se precisa de menos dinheiro para se financiar, o Tesouro não tem que pagar taxas de juros elevadas ao público. Entre os analistas, é comum ouvir-se referência ao fato de as contas públicas terem se mantido em ordem por dois anos seguidos. Inclusive com o Brasil cumprindo as promessas feitas aos financiadores externos no plano fiscal, algo inédito na história econômica recente.

Mãos dadas – Caio César Silveira, da UFRJ, cita as taxas de juros e câmbio e os gastos públicos como as três variáveis fundamentais para o próximo ano. Câmbio e juros andam de mãos dadas. Se parar de entrar dólares no Brasil, haverá mais desvaloriza-

ção do real. Os bens importados ficarão mais caros e podem pressionar os índices de inflação. Além do quê, a taxa de juros no Brasil, lembra, não pode ficar tão baixa a ponto de as empresas preferirem tomar empréstimos aqui, abandonando o mercado externo.

"Há um limite para a queda dos juros", indica Silveira. Em 2001, o Brasil precisará de algo como US\$ 52 bilhões vindos do exterior. Metade para pagar compras de bens e serviços junto aos parceiros comerciais e metade para quitar dívidas no exterior que vencem ao longo do ano. Por conta disso, as empresas brasileiras não podem simplesmente parar de se endividar lá fora. E o Banco Central não pode simples-

mente baixar a taxa de juros a ponto de fazer com que seja mais interessante às empresas se financiar aqui dentro.

Sobre os gastos públicos, o que se tem é um efeito curioso. O governo ainda vai gastar menos do que sua arrecadação, no chamado superávit primário. Vai investir pouco. Mas a meta de 2001, de cerca de 3% do PIB em superávit primário, é menor do que a deste ano, de 3,25% do PIB. Assim, parte da renda que estava "presa" na forma de impostos em 2000, será liberada em 2001. E os gastos do governo ainda que acanhados vão, pela primeira vez, desde o fim de 1996, contribuir positivamente na formação da renda nacional.

Os rumos da economia brasileira em 2001

	BANK OF AMERICA/LIBERAL ASSET MANAGEMENT	CITIBANK	BANCO SANTANDER	BANCO BBV BRASIL	BANCO BRASCAN	BANCO PROSPER	INSTITUTO DE ECONOMIA DA UFRJ	PESQUISA BANCO CENTRAL	MERRILL LYNCH	TENDÊNCIAS CONSULTORIA
Inflação (IPCA)	4%	4%	4,5%	4,7%	3,5%	4%	4%	4,3%	4,3%	4%
Crescimento do PIB	4%	4%	4,4%	3,7%	4%	3,8%	4%	-	3,9%	3,9%
Taxa de Desemprego	-	6,7%	7%	7,2%	-	5,9%	-	4%	-	7,5%
Taxa de juros (média anual)	14%	14,71%	14,4%	15,5%	13,5%	15%	14,5%	-	14%	15,2%
Taxa de câmbio	R\$ 1,98	R\$ 2	R\$ 1,98	R\$ 2,10	R\$ 2,10	R\$ 2,05	R\$ 2	-	R\$ 2	R\$ 2,10
Déficit público (% do PIB)	3,5%	3,3%	3,7%	3,5%	2,5%	3%	-	3,15%	2,9%	3%
Déficit em transações correntes (absoluto)	US\$ 24,8 bilhões	US\$ 29,3 bilhões	US\$ 24,9 bilhões	US\$ 27 bilhões	-	R\$ 27 bilhões	-	US\$ 25,54 bilhões	-	-
Déficit em transações correntes (% do PIB)	4,2%	4,69%	3,8%	4,3%	4%	4,1%	-	-	4,2%	3,9%

"Quando está todo o mundo otimista, aí é que a situação pode piorar"

Renê Garcia Júnior, economista, chamando a atenção para a dependência brasileira de capitais externos, no momento em que a economia dos EUA começa a perder força.

PIB

O Produto Interno Bruto é uma das medidas de riqueza das economias. Informa a quantidade de bens e serviços produzidos ao longo de um ano pelas empresas instaladas dentro do território. É expresso em dinheiro (na moeda local ou em dólares). A taxa de variação do PIB revela se e em que medida uma economia está crescendo ou se retraíndo.

DÉFICIT PÚBLICO

Até o ano passado era o calcinhar de Aquiles da economia brasileira. O governo gastava muito mais do que arrecadava. Precisava tomar dinheiro do público para fechar as contas. Como não havia perspectiva de melhora, tinha que pagar juros altos, o que aumentava ainda mais as despesas. Nos últimos dois anos, governo federal, estados e municípios praticamente zeraram seus investimentos e puseram as contas em ordem.

DÉFICIT EM TRANSAÇÕES CORRENTES

No mundo globalizado, as economias não produzem tudo o que consomem. Têm que comprar parte dos bens e serviços de outros países (é o que se chama de transações correntes). Países que gastam mais do que recebem nas transações com o exterior são deficitários em conta corrente e precisam receber dólares, seja na forma de empréstimos ou investimentos, para fechar as contas externas. Déficits iguais ou maiores do que 4% do PIB são considerados preocupantes pela dependência de capitais estrangeiros que causam.